

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

56ª LEGISLATURA | 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
PRESIDENTE: AFONSO MOTTA (PDT-RS)



REALIZAÇÃO

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público





Foto: Reila Maria/Câmara dos Deputados



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

## UMA LEGISLATURA DE GRANDES DESAFIOS

Os dois últimos anos foram particularmente desafiadores para o Parlamento Brasileiro. Nesse sentido, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), uma das mais atuantes da Câmara dos Deputados, teve uma ação destacada pelo cumprimento de uma pauta intensa. E foi uma grande honra estar à frente desses trabalhos e poder dialogar com os parlamentares dos mais variados partidos e com o conjunto de categorias para aperfeiçoar nossa legislação, avançando na garantia de direitos. Ao todo, foram 855 proposições recebidas, 149 aprovadas, e 125 requerimentos aprovados.

A Comissão conseguiu votar e aprovar diversas matérias importantes para o país, como a autorização de vagas para o Ministério Público do Trabalho, a regulamentação das atividades dos representantes comerciais e várias outras, com destaque para as pautas de regulamentação das diversas categorias. Pela resistência em trabalhar certas pautas no Congresso Nacional, em um clima de polarização delicado da política nacional, a CTASP tornou-se uma comissão fundamental para o desenvolvimento e progresso nacional. Com grande produtividade legislativa e muitas audiências públicas, nos empenhamos no diálogo, articulação e ponderação na condução dos trabalhos, respeitando e ouvindo as mais variadas opiniões em cada projeto discutido.

A pandemia nos trouxe o agravamento de um cenário de desigualdade, desemprego e tentativas de desmonte do Estado Brasileiro, inclusive com a tentativa de precarização do serviço público. Ainda assim, em clima de instabilidade política e institucional, conseguimos avançar, junto a essa grande equipe que forma os bastidores da CTASP, com a realização de reuniões, audiências públicas e votação de pautas importantes para o crescimento do país. Por tudo que foi conquistado, agradecemos a comissão e o conjunto de seus parlamentares por cumprirem esse papel essencial na defesa da pauta trabalhista brasileira.

Com resistência e luta, seguiremos colaborando com os trabalhos da Comissão e reforçando nosso compromisso na busca por mais desenvolvimento e melhoria na vida da população brasileira!

Um grande abraço a todos,

**Deputado Federal Afonso Motta**

## MESA DIRETORA DA COMISSÃO EM 2021



AFONSO MOTTA (PDT-RS)  
**PRESIDENTE**



MAURÍCIO DZIEDRICKI (PTB-RS)  
**1º VICE-PRESIDENTE**



VICENTINHO (PT-SP)  
**2º VICE-PRESIDENTE**



LUIZ CARLOS MOTTA (PL-SP)  
**3º VICE-PRESIDENTE**

# COMPOSIÇÃO AO TÉRMINO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EM 2021

## TITULARES



ANDRÉ FIGUEIREDO  
(PDT-CE)



CARLOS VERAS  
(PT-PE)



DANIEL ALMEIDA  
(PCDOB-BA)



DANIEL TRZECIAK  
(PSDB-RS)



ERIKA KOKAY  
(PT-DF)



FLÁVIA MORAIS  
(PDT-GO)



HÉLIO COSTA  
(REPUBLICANOS-SC)



JONES MOURA  
(PSD-RJ)



LÉO MOTTA  
(PSL-MG)



LEONARDO MONTEIRO  
**(PT-MG)**



MAURO NAZIF  
**(PSB-RO)**



PAULO PEREIRA DA SILVA  
**(SOLIDARIEDADE-SP)**



ROGÉRIO CORREIA  
**(PT-MG)**



WOLNEY QUEIROZ  
**(PDT-PE)**



ZÉ CARLOS  
**(PT-MA)**

## SUPLENTES



ABOU ANNI  
**(PSL-SP)**



ALEXIS FONTEYNE  
**(NOVO-SP)**



AUGUSTO COUTINHO  
**(SOLIDARIEDADE-PE)**



CHRISTINO AUREO  
**(PP-RJ)**



FABIO REIS  
**(MDB-SE)**



FERNANDA MELCHIONNA  
**(PSOL-RS)**



GUIGA PEIXOTO  
**(PSL-SP)**



HEITOR SCHUCH  
**(PSB-RS)**



KIM KATAGIRI  
**(DEM-SP)**





LUCAS GONZALEZ  
(NOVO-MG)



LUCAS VERGÍLIO  
(SOLIDARIEDADE-GO)



MARCON  
(PT-RS)



PAULO VICENTE CALEFFI  
(PSD-RS)



PEDRO AUGUSTO BEZERRA  
(PTB-CE)



PROFESSORA MARCIVANIA  
(PCDOB-AP)



SANDERSON  
(PSL-RS)



SILVIO COSTA FILHO  
(REPUBLICANOS-PE)



TIAGO MITRAUD  
(NOVO-MG)



TÚLIO GADÊLHA  
(PDT-PE)



# DEMONSTRATIVO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO EM 2021

02

REUNIÕES DE  
INSTALAÇÃO E  
ELEIÇÕES

32

REUNIÕES  
DELIBERATIVAS

25

AUDIÊNCIAS  
PÚBLICAS

10

COMPARECIMENTO DE  
MINISTROS, SEMINÁRIOS E  
OUTROS





# **DESTAQUES DA CTASP**

# COMPARECIMENTO DE MINISTROS

**08/06/2021 - Ministro do Desenvolvimento Regional comparece à reunião conjunta da CTASP e CDU**



Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Fotos: Billy Boss e Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Realizada em 8 de junho, a reunião conjunta agrupou a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), para ouvir o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O ministro foi chamado para explicar os critérios utilizados para a concessão de benefícios fiscais, entre outras denúncias.

A convocação foi feita pelo dep. Rogério Correia (PT-MG), que alegou que o ministério fez uso de emendas parlamentares para garantir apoio ao governo. “A política de concessão de benefícios fiscais fica extremamente maculada quando está associada à desconfiança de que tenha resultado em ganhos indevidos para



servidores públicos e para terceiros que eventualmente tenham usado de tráfico de influência para conseguir ou viabilizar o benefício", disse Correia.

Durante a reunião, Marinho expôs as iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), como o Programa Águas Brasileiras, além de citar as metas do ministério para 2021. Os deputados presentes comentaram as ações do ministério em relação aos programas habitacionais. "Faz-se necessário um debate mais aprofundado e mais esclarecimentos sobre várias dessas indagações e, principalmente, a transparência na distribuição dos recursos", comentou o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), sobre a atuação do MDR nos municípios.

Outros integrantes da CTASP, como as deputadas Erika Kokay (PT-DF), Flávia Moraes (PDT-GO) e o deputado Kim Katagiri (DEM-SP), também compareceram à reunião.

### **17/08/2021 - Ministro da Defesa comparece à reunião conjunta da CTASP, CFFC e CREDN**



Ministro da Defesa, Walter Braga Netto, durante reunião conjunta na Câmara dos Deputados. Fotos: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

No dia 17 de agosto, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, compareceu à reunião promovida pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Fiscalização Financeira e Controle; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para prestar esclarecimentos sobre uma nota assinada por ele a respeito das declarações feitas pelo presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM).

O requerimento de convocação do ministro, de autoria do deputado Rogério Correia (PT-MG), membro da CTASP, pedia esclarecimentos sobre supostas intimidações do ministro da Defesa condicionando a realização de eleições à adoção do voto impresso. Braga Netto, no entanto, negou que estivesse fazendo ameaças à democracia.

Durante a reunião, o ministro Braga Netto explicou que as alegações de Aziz “afetam os basilares e os valores das instituições militares”, mas que não houve ameaça no documento divulgado.

Estavam presentes na reunião o presidente da CTASP, Afonso Motta (PDT-RS) e os deputados Rogério Correia (PT-MG), Sanderson (PSL-RS) e Kim Kataguiri (DEM-SP).

**14/09/2021 - Ministro Onyx Lorenzoni comparece à CTASP para divulgar metas do Ministério do Trabalho e Previdência**



Ministro Onyx Lorenzoni durante reunião na CTASP. Foto: Reila Maria/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) recebeu, no dia 14 de setembro, o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência. Onyx Lorenzoni compareceu ao colegiado para apresentar os planos e as metas de 2021 para o recriado Ministério do Trabalho e Previdência.

Diante do ministro, o deputado Sanderson (PSL-RS) reforçou o papel da CTASP no que diz respeito às questões de trabalho e emprego no Brasil. “Trata-se de uma Comissão muito importante porque vários projetos relacionados ao trabalho, ao emprego e à produção de oportunidades se iniciam aqui”, disse.

O ministro discutiu os desafios da criação de cargos de trabalho no país e apresentou planos para geração e recuperação de empregos durante o período de



pandemia, que será consolidada através de benefícios emergenciais, conforme a Medida Provisória nº 1.045, de 2021.

A medida estabelece o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus no âmbito das relações de trabalho.

Onyx Lorenzoni afirmou que o programa vai permitir acordos individuais e coletivos, fomentando a garantia de emprego. Também explicou como o benefício emergencial foi calculado: “Houve elevação do salário-hora em todas as situações de redução de jornada e os resultados foram espetaculares. O benefício preservou 10,3 milhões de empregos, por meio de 20,1 milhões de acordos, com 1,5 milhão de empregadores.”

Vicentinho (PT-SP) ratificou a importância do Ministério do Trabalho e Previdência para “gerir e organizar as relações entre capital e trabalho no país” e questionou os dados apresentados pelo ministro sobre o panorama brasileiro. “O governo apostou na submissão de todas as atribuições relativas ao mundo do trabalho à lógica financeira do Ministério da Economia. O retrato do trabalho no Brasil é o mais deteriorado em todos os tempos”, comentou o deputado.

Estavam presentes na reunião o presidente do colegiado, Afonso Motta (PDT-RS), e os deputados Vicentinho (PT-SP), André Figueiredo (PDT-CE), Sanderson (PSL-RS), Hélio Costa (REPUBLIC-SC), Kim Kataguiri (DEM-SP) e Érika Kokay (PT-SP).

## 23/11/2021 - CTASP e CFFC recebem ministro da Economia Paulo Guedes



Ministro Paulo Guedes comparece à Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Fotos: Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) receberam, no dia 23 de novembro, o ministro da Economia. Paulo Guedes foi convocado por meio dos requerimentos nº 115/2021 e nº 116/2021, dos deputados Kim Kataguiri (DEM-SP) e Paulo Ramos (PDT-RJ), membros da CTASP. O comparecimento de Guedes era obrigatório, tendo em vista o item 3, do art. 13, da Lei nº 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

Na reunião, o ministro prestou esclarecimentos sobre as movimentações financeiras feitas no exterior através de empresa *offshore* que possui em paraíso fiscal. A informação foi revelada pela imprensa.

Guedes afirmou que a operação foi declarada à Receita Federal e disse que a

*offshore* é um veículo de investimento “absolutamente legal”, afirmando também que vendeu as participações em empresas nacionais antes de fazer parte do governo.

Um dos autores do requerimento, dep. Kim Kataguirí (DEM-SP), rebateu o ministro: “O que a lei diz é que é vedado o investimento em bens cujo valor possa ser afetado por decisão ou política governamental. É vedado o investimento, não a gestão do patrimônio em si.”



# AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**28/04/2021 - CTASP E CDEICS debatem proposições sobre a privatização dos Correios**



Presidente da CTASP, dep. Afonso Motta (PDT-RS), e dep. Otto Alencar Filho (PSD-BA).

Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) realizaram uma audiência pública conjunta para discutir o Projeto de Lei nº 7.488/2017, que trata da extinção do monopólio das atividades do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), e o Projeto de Lei nº 591/2021, o qual dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção dos serviços postais.

A audiência ocorreu em função do requerimento nº 7/2021, de iniciativa dos deputados da CTASP: Marcon (PT-RS), Erika Kokay (PT-DF), Leonardo Monteiro (PT-MG),

Daniel Almeida (PCdoB-BA), André Figueiredo (PDT-CE) e Rogério Correia (PT-MG); e do requerimento nº 23/2021, do deputado Alexis Fonteyne (NOVO-SP).

Entre os convidados para o debate estavam o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Vitor Menezes; o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord de Faria; a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, Martha Seillier; o presidente dos Correios, Floriano Peixoto; o diretor de Privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Leonardo Cabral; o chefe de gabinete da presidência da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Guilherme Theo Sampaio; o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), José Rivaldo da Silva; o presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect), José Aparecido Gimenes Gandara; o vice-presidente da Associação dos Profissionais dos Correios, Marcos César Alves Silva e o ex-presidente do Conselho de Administração dos Correios Adroaldo Portal.

O relator do PL nº 591/2021 no plenário, Gil Cutrim (REPUBLIC-MA), defendeu que a matéria não trata da desestatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. "O texto não fala de privatização, mas de modernização, regulamentação do sistema postal brasileiro para torná-lo eficiente, sem interferência política e com segurança jurídica a quem presta bom serviço à população", disse.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), por sua vez, defendeu que a empresa "precisa continuar nas mãos do povo brasileiro" e que o governo federal deve investir em uma política que não parta do pressuposto de uma privatização.

O presidente da CTASP, Afonso Motta (PDT-RS), e os deputados Alexis Fonteyne (NOVO-SP) Junio Amaral (PSL-MG), Kim Kataguirí (DEM-SP), Lucas Gonzalez (NOVO-MG), Rogério Correia (PT-MG), André Figueiredo (PDT-CE) e Tiago Mitraud (NOVO-MG) também compareceram à reunião.

### **27/05/2021 - Comissão debate as dificuldades laborais dos trabalhadores em virtude da covid-19**



Convocada pelo dep. Paulo Ramos (PDT-RJ), a reunião debateu os efeitos da pandemia sobre os trabalhadores brasileiros. Fotos: Gustavo Sales e Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) realizou, em 27 de maio, uma audiência pública com o objetivo de debater as dificuldades que os trabalhadores têm enfrentado em virtude dos efeitos da pandemia de covid-19 em suas rotinas laborais.



A audiência virtual foi convocada pelo deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), que justificou o requerimento devido ao aumento da informalidade, precarização e a sobrecarga de trabalho durante a pandemia. O deputado Rogério Correia (PT-MG) parabenizou Ramos pela iniciativa e trouxe alguns dados sobre o desemprego no país. “Imagina os [trabalhadores] que estão no trabalho, pressionados por esse exército de reserva de desempregados, com direitos sendo retirados. É uma pressão enorme contra os trabalhadores”, argumentou. O parlamentar também sugeriu a criação de uma subcomissão para acompanhar a situação dos trabalhadores.

Estavam presentes na reunião a presidente do Conselho Regional Psicologia de Minas Gerais, Lourdes Aparecida Machado; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sérgio Butka; a representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Patrícia Toledo Pelatieri; o médico especialista em Medicina do Trabalho Zuher Handar; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo; o vice-presidente regional da Força Sindical do Paraná, Nelson Silva de Souza; o representante o Ministério Público do Trabalho Jefferson Luiz Maciel Rodrigues.

Também compareceram os deputados Carlos Veras (PT-PE), Erika Kokay (PT-DF), Flávia Moraes (PDT-GO), Junio Amaral (PSL-MG), Leonardo Monteiro (PT-MG), Kim Katagiri (DEM-SP), Lucas Gonzalez (NOVO-MG), Professora Marcivania (PCdoB-AP), Sanderson (PSL-RS), Luiz Carlos Motta (PL-SP), Tiago Mitraud (NOVO-MG) e o presidente da Comissão, Afonso Motta (PDT-RS).

**05/08/2021 - CTASP debate a valorização da enfermagem para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**



Audiência Pública 05/08/2021 - Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), em 5 de agosto, realizou audiência pública para debater a importância da valorização dos profissionais de enfermagem para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O evento atendeu ao requerimento nº 84/2021, de autoria do deputado Mauro Nazif (PSB-RO).

A representante da Federação Nacional do Enfermeiros (FNE), Solange Caetano, enfatizou a relevância da realização da reunião. “A audiência é de extrema importância para os profissionais da enfermagem, principalmente por ela estar sendo realizada no dia 5 de agosto, que é o Dia Nacional da Saúde”, comentou. Já a presidente da

Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), Sônia Aciolli, afirmou que a audiência teve o papel de indicar “caminhos importantes” para a valorização da enfermagem.

A deputada Flávia Morais (PDT-GO) reiterou que a humanização da área da saúde está relacionada ao fortalecimento dos profissionais de enfermagem. “O momento da pandemia pode ajudar a sensibilizar e convencer aqueles que ainda não têm conhecimento do que representa o dia-a-dia de um trabalhador da enfermagem”, disse.

Ao encerrar a audiência, o dep. Mauro Nazif (PSB-RO) agradeceu a presença dos convidados e proferiu uma mensagem de perseverança: “Vai chegar o momento em que nós vamos comemorar essa vitória. Essa vitória é de vocês. A vitória é da saúde. A vitória é do povo do nosso país.”

Estava presente na reunião o presidente da comissão dep. Afonso Motta (PDT-RS). Também compareceram os deputados Vicentinho (PT-SP), André Figueiredo (PDT-CE), Carlos Veras (PT-PE), Daniel Almeida (PCdoB-BA), Flávia Morais (PDT-GO), Hélio Costa (REPUBLIC-SC), Junio Amaral (PSL-MG), Rogério Correia (PT-MG), Kim Kataguiriri (DEM-SP), Lucas Gonzalez (NOVO-MG), Paulo Ramos (PDT-RJ) e Tiago Mitraud (NOVO-MG).

**01/10/2021 - CTASP promove audiência para debater criação do Dia Nacional do Físico**



Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA). Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), atendendo ao requerimento nº 94/2021, do dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA), debateu, em audiência pública, a criação do Dia Nacional do Físico.

Vários especialistas foram convidados para discutir a iniciativa que institui 19 de maio como dia do profissional que estuda, pesquisa e ensina física, a ser celebrado em todo o território nacional. A proposta está em concordância com a Lei nº 12.345/2010, a qual fixa critérios para instituição de datas comemorativas.

Estavam presentes o conselheiro da Sociedade Brasileira de Física (SBF)



Adalberto Fazio; o vice-presidente da SBF, Rodrigo Capaz; o diretor do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ricardo Carneiro de Miranda Filho; e a estudante do mestrado da Universidade de São Paulo (USP) Mariana Cipolla.

Fazio ressaltou a importância dos profissionais da Física para a sociedade. “A Física, através de leis fundamentais, estuda a matéria, energia e suas interações. No mundo todo é reconhecida como um campo de conhecimento que desempenha um papel no progresso da humanidade”, disse. Já a mestrande Mariana Cipolla citou a relevância da criação da data comemorativa para o reconhecimento da profissão e fez um alerta para a valorização da ciência no país, especialmente durante a pandemia.

### **22/10/2021 - CTASP discute projeto que trata da mudança de nomenclatura da profissão de bombeiro civil**



Dep. Erika Kokay (PT-DF). Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Em audiência pública, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), discutiu o Projeto de Lei nº 3.624/2020, apensado ao PL nº

2.498/2020, que altera a Lei Federal nº 11.901/2009, a qual dispõe sobre a profissão de bombeiro civil e dá outras providências. Realizado em 22 de junho, o debate atendeu ao requerimento nº 22/2021, da deputada Erika Kokay (PT-DF).

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), autor do PL, afirmou que há desentendimento quanto à nomenclatura e sugere a troca do termo “bombeiro civil” para “brigadista profissional”. Segundo ele, “a utilização de nomenclatura distinta favorece a diferenciação do profissional em relação ao agente público reduzindo a possibilidade de erros cometidos pela população, que raramente sabe diferenciar um do outro.”

Foram convidados para a discussão: João Guilherme Britto Vieira, major do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Jorge Alexandre Alves, coordenador da Comissão de Estudos de Planos e Equipes de Emergências contra Incêndio da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Bráulio Cançado Flores, tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás; Cristiano Augusto Vargas, conselheiro consultivo da Frente Parlamentar Previsionista e Articulador Nacional do GT Previsionista; entre outros.

Para o major do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, João Guilherme Britto Vieira, a nomenclatura da profissão traz confusão para a população, que, segundo ele, confunde o bombeiro civil com um agente estatal. “Muitas vezes, o bombeiro civil acaba utilizando uniforme semelhante ou insígnia semelhante, e isso, certamente, não é o que se pretende. A sociedade precisa saber quem está lhe atendendo”, afirmou.

Já a deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento, discordou da mudança sugerida e reforçou a necessidade da regulamentação dos bombeiros civis.

“É preciso valorizar os bombeiros civis e assegurar as condições para que eles possam ter uma regulamentação, ter uma condição de trabalho a ser exercida”, disse. “Ambos salvam vidas, ambos estão dedicados a preservar o nosso próprio patrimônio, mas são funções diferenciadas e uma não pode ser confundida com a outra”, concluiu.

Estavam presentes na reunião virtual os deputados Afonso Motta (PDT-RS), André Figueiredo (PDT-CE), Carlos Veras (PT-PE), Erika Kokay (PT-DF), Flávia Moraes (PDT-GO), Jones Moura (PSD-RJ), Fabio Reis (MDB-SE) e Tiago Mitraud (NOVO-MG).

### **16/11/2021 - CTASP realiza debate sobre regularização de trabalhadores em plataformas digitais**



Audiência Pública 16/11/2021 - Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

No dia 16 de novembro, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) junto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), promoveu audiência pública para debater a regularização profissional dos prestadores de serviços de aplicativos. A reunião

atendeu ao requerimento do presidente da CTASP, deputado Afonso Motta (PDT-RS), e do deputado Augusto Coutinho (SD-PE).

Entre os convidados estava a presidente do Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros por Aplicativos do Rio Grande do Sul (SIMTRAPILI/RS), Carina Trindade. Para a presidente, o país carece de uma regulamentação que vá além dos municípios. “Precisamos de uma regulamentação a nível federal, de forma com que as plataformas tenham responsabilidade e não sejam somente exploradoras da mão de obra dos motoristas de aplicativos”, avaliou.

O procurador do Trabalho e coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), Tadeu Henrique Lopes da Cunha, falou sobre a popularização da prestação de serviços por meio das plataformas digitais devido à pandemia da Covid-19 e citou a atuação do Ministério Público do Trabalho no que se refere à relação entre empregado e empregador desta categoria: “Nós constatamos que, pelo que existe hoje na legislação, essas pessoas seriam, sim, enquadradas como empregadas e com vínculo de emprego.”

Durante a reunião, foi discutida a proposição nº 4.172/2020, de autoria do dep. Henrique Fontana (PT-RS), que dispõe sobre a criação de um novo contrato de trabalho em plataformas digitais. Apensada ao PL nº 5.069/2019, a proposta segue em tramitação na CDEICS.

O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) fez um contraponto aos debatedores. Para o deputado, um contrato de trabalho com regras rígidas poderia evitar a geração de emprego e alterar o custo do serviço prestado. “Qualquer modificação que gere onerosidade e aumento de custo, ou vai diminuir o repasse para o trabalhador ou aumentará o preço do serviço”, argumentou.



Ao final da audiência, o presidente da CTASP, dep. Afonso Motta (PDT-RS), destacou o balanço positivo da reunião, agradeceu os colaboradores e garantiu que “todas as informações e questionamentos vão se incorporar ao debate”.

Também participaram do debate os deputados Henrique Fontana (PT-RS), Zé Neto (PT-BA), Igor Timo (PODE-MG), Erika Kokay (PT-DF), Leo de Brito (PT-AC) e Marcon (PT-RS).

### **25/11/2021 - CTASP discute a situação do setor automobilístico no Brasil**



Dep. Vicentinho (PT-SP). Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), realizou, em 25 de novembro, audiência pública para debater a crise do setor automobilístico no país. O autor do requerimento nº 53/2021, dep. Vicentinho (PT-SP), justificou a realização da audiência citando os impactos causados pelo fechamento e suspensão das atividades nas fábricas durante a pandemia do coronavírus.

Estavam presentes na reunião o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, Cláudio Batista da Silva Júnior; o presidente da Industrial Brasil, Aroaldo Oliveira da Silva; o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes; o procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis/MPT), Ronaldo Lima dos Santos; o presidente da Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT no Estado de São Paulo, Erick Pereira da Silva; e o diretor técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior.

Aroaldo Oliveira da Silva, presidente da IndustriALL Brasil, comentou que o ramo é importante não só para os veículos automotores, mas para questões ligadas à infraestrutura e logística no país: "O setor automotivo é importante para um país como o Brasil. É um setor que tem a capacidade de puxar toda a cadeia industrial e toda a cadeia econômica."

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, Cláudio Batista da Silva Júnior, defendeu o debate sobre políticas de incentivo para o setor automobilístico. "A gente necessita urgentemente que o governo volte a discutir políticas que sejam capazes de reativar o setor", afirmou.

No encerramento da reunião, o dep. Vicentinho (PT-SP) sugeriu que os trabalhadores e empresários do ramo automobilístico se mobilizem em defesa da produção nacional e da indústria brasileira.

# SEMINÁRIOS

**11/05/2021 - Comissão realiza seminário para tratar sobre PEC da reforma administrativa**



Presidente da CTASP, Afonso Motta (PDT-RS). Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) promoveu, nos dias 10 e 11 de maio, um seminário para discutir a proposta da reforma administrativa da PEC nº 32/2020, que altera os dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Convocada pelos deputados Rogério Correia, Vicentinho, Erika Kokay, Carlos Veras, Leonardo Monteiro, Marcon e Zé Carlos do Partido dos Trabalhadores (PT), o primeiro dia de debate compreendeu a apresentação de diversas mesas mediadas pelos deputados Sanderson (PSL-RS), Flávia Moraes (PDT-GO) e Tiago Mitraud (NOVO-MG), que

justificou a realização do seminário: “É importante realizarmos debates como este para que, ao longo dos próximos meses e anos, a gente possa manter um contínuo diálogo, com participações de diferentes partidos políticos e de diferentes representantes da sociedade civil”, afirmou.

O segundo dia de reunião contou com a presença da representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Rosilene Corrêa, do empresário e escritor Eduardo Moreira, e da professora da Fundação Dom Cabral e ex-secretária de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Renata Vilhena.

Para o deputado Rogério Correia (PT-MG), o debate está sendo realizado em um período em que a imposição do governo e a pandemia da covid-19 dificultam a pressão democrática por parte dos servidores públicos. “O correto seria suspender a tramitação e esperar o momento real para fazer um debate tão profundo”, afirmou.

A PEC nº 32/2020, do Poder Executivo, tramita em Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a proposição.



## 25/10/2021 - CTASP realiza 1º Seminário Trabalhista do Transporte Rodoviário de Cargas



Seminário 25/10/2021. Foto: Reila Maria/Câmara dos Deputados

No dia 25 de outubro, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) promoveu o primeiro seminário sobre transportes rodoviários de cargas, atendendo ao requerimento nº 104/2021, do deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS). “A legislação brasileira ainda necessita avançar muito para uma prestação de serviço mais adequada das empresas e para se alcançar melhores garantias trabalhistas aos trabalhadores desse setor”, justificou o deputado.

O debate reuniu o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Francisco Costa; o presidente da NTC & Logística Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, Francisco Pelucio; o presidente da Confederação Nacional Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), Jaime Bueno Aguiar; a assessora jurídica da Federação das Empresas de Logística e de Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul (Fetransul), Raquel Guindani Caleffi, entre outros.

Durante o primeiro painel, foram discutidas novas modalidades de contratação trabalhista. Também foram apresentados dados sobre o desemprego no país. Já no segundo painel, o tema debatido foi o teletrabalho e a sua regulamentação.

“Que esta iniciativa possa contribuir com o aperfeiçoamento da legislação trabalhista e o aprimoramento das relações entre capital e trabalho”, comentou Francisco Pelucio, presidente da NTC & Logística Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, sobre a primeira realização do evento na CTASP.

# PROPOSIÇÕES

**13/04/2021- Comissão aprova PL que garante emissão gratuita de certidões negativas para desempregados**



Dep. Kim Kataguiri (DEM-SP). Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), aprovou o **Projeto de Lei nº 4.035/2020**, de autoria do deputado Léo Moraes (PODE-RO). A proposta dispõe sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, para tornar gratuita a emissão de certidão negativa para pessoas desempregadas ou que estão à procura de emprego.

Durante a reunião, o deputado Tiago Mitraud (NOVO-MG) sugeriu ao relator Kim Kataguiri (DEM-SP) que o público beneficiado pelo projeto fosse alterado. Para Mitraud, a gratuidade da certidão negativa deveria ser direcionada aos desempregados inscritos no CadÚnico. “Nós temos inúmeros casos de pessoas com mais de quatorze anos aptas

para trabalhar e que não necessariamente tem uma hipossuficiência ou que não tem renda para arcar com essas certidões”, afirmou.

Os deputados Junio Amaral (PSL-MG) e Alexis Fonteyne (NOVO-SP) também discutiram a matéria. Amaral parabenizou o autor do PL e reforçou a importância do projeto: “É uma necessidade que eu entendo como viável para atender o cidadão, sobretudo o que possui mais dificuldade nesse momento”.

O texto, aprovado com duas emendas, aguarda parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e depois seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

### **29/06/2021 - Projeto que garante acessibilidade em exames de concursos públicos é aprovado na CTASP**

Na reunião deliberativa da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), do dia 29 de junho, foi aprovado o **Projeto de Lei nº 2.097/2011**, de autoria do dep. Luis Tibé (AVANTE-MG), que obriga o fornecimento de cadernos de provas impressos no sistema braile a candidatos portadores de deficiência visual inscritos em concursos públicos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O parecer do relator Kim Kataguiri (DEM-SP) foi pela aprovação da proposta, junto aos projetos nº 2.542/2011, nº 3.907/2015 e nº 10.507/2018 apensados.

Kataguiri agradeceu aos colegas pela aprovação do texto, que garante acessibilidade aos candidatos com deficiência visual: "O projeto contribui para que



peças com deficiência tenham muito mais acesso a concursos públicos e a servir o Estado brasileiro como pessoas capacitadas que são.”

O PL seguirá para a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e depois para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

### **27/04/2021 - Comissão aprova projeto que assegura estágio estudantil remunerado**



Reunião Extraordinária - 27/04/2021. Fotos: Gustavo Sales e Marina Ramos/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou o **Projeto de Lei nº 2.942/2011**, de autoria da deputada Flávia Moraes (PDT-GO), que altera a Lei nº 11.129/2005, da criação do Programa Federal de Incentivo ao Trabalho Educativo (Projovem), para assegurar o estágio remunerado para jovens e adolescentes de baixa renda familiar.

O PL teve como relator o deputado André Figueiredo (PDT-CE). Dentre as alterações, a nova versão do texto antecipa a idade dos participantes do programa, podendo, agora, serem beneficiados jovens de 14 anos.

Figueiredo elogiou a deputada Flávia Moraes (PDT-GO) pelo projeto. “Quero parabenizar a minha colega por um projeto de lei que é extremamente meritório e que certamente vai propiciar que jovens possam ser também atendidos no âmbito de estágio e contratos de aprendizagem por parte da administração pública federal”, declarou. Também debateram a matéria os deputados Daniel Almeida (PCdoB-BA), Hélio Costa (REPUBLIC-SC) e a autora Flávia Moraes (PDT-GO).

Após a aprovação na CTASP, o texto aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

**25/05/2021 - Comissão aprova PL que estabelece acessibilidade nas informações de serviços públicos**



Dep. André Figueiredo (PDT-CE). Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou o **Projeto de Lei nº 9.335/2017**, de autoria do dep. Lincoln Portela (PL-MG), que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos, para estabelecer o dever de as concessionárias e permissionárias disponibilizarem às pessoas com deficiência informações em formato acessível. O projeto acrescenta a medida na Lei nº 8.987/1995, também conhecida como Lei de Concessão e Permissão de Serviços Públicos.

A matéria foi aprovada pela CTASP na forma de substitutivo do relator André Figueiredo (PDT-CE). No parecer, o relator esclareceu que: “Apesar do inquestionável avanço representado pelo Estatuto, observa-se uma lacuna na Lei, no que tange ao acesso a informações relativas à utilização de serviços públicos pelas pessoas com deficiência.”

O PL, que tramita em caráter conclusivo, seguirá para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

### **29/06/2021 - Comissão aprova proposição que isenta cadastrados no CadÚnico de taxa de inscrição em concursos públicos**



Dep. Mauro Nazif (PSB-RO). Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou, no dia 29 de junho, o **Projeto de Lei nº 696/2019**, com o PL nº 2.953/2019 e o PL nº 5.080/2019 apensados. A proposição dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.

Segundo o relator Mauro Nazif (PSB-RO), para que a isenção não seja requerida por candidatos que possuem recursos financeiros para arcar com o pagamento das taxas de inscrição, o benefício será garantido somente aos inscritos no programa federal CadÚnico e aos candidatos de baixa renda. Durante a reunião, o deputado agradeceu



aos parlamentares pelo apoio à matéria. “Temos certeza que estamos fazendo justiça com os mais necessitados”, comentou.

Após a aprovação na CTASP, o projeto será agora analisado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

### **07/12/2021 - CTASP aprova duas proposições sobre governança pública**



Dep. Maurício Dziedricki (PTB-RS), relator do PL nº 9.163/2017 e Tiago Mitraud (NOVO-MG), relator do PL nº 4.888/2019. Fotos: Luis Macedo e Paulo Sergio/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou dois projetos a respeito da governança pública. O **Projeto de Lei nº 9.163/2017**, aprovado em 23 de novembro, dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Já o **Projeto de Lei nº 4.888/2019**, aprovado em

7 de dezembro, estabelece normas de governança para normas do direito econômico no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

De autoria do Poder Executivo, o PL nº 9.163/2017 teve como relator o deputado Maurício Dziedricki (PTB-RS). O objetivo da proposta é criar uma política para monitorar resultados e estratégias de longo prazo da gestão pública, a fim de aumentar a confiança da população. “Quero fazer uma saudação especial aos colegas pela oportunidade que tiveram de contribuir com esse projeto, trabalhando uma forma de nós construirmos, de fato, uma política mais de Estado e menos de governo”, declarou Dziedricki.

O PL nº 4.888/2019, que dispõe sobre a governança da ordenação pública econômica, foi aprovado na forma de substitutivo do relator Tiago Mitraud (NOVO-MG). Durante a reunião, a proposição foi discutida pelo deputado Rogério Correia (PT-MG) e pela deputada Erika Kokay (PT-DF).

Ambos os projetos tramitam em caráter conclusivo e seguem para a aprovação em outras comissões.

**14/12/2021 - Comissão aprova projeto que restringe vínculo empregatício em entidades religiosas**



Dep. Sanderson (PSL-RS). Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou o **Projeto de Lei nº 1096/2019**, que acrescenta parágrafo segundo ao artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A proposta proíbe vínculo empregatício ou relação de trabalho entre as entidades de confissão religiosa, seja ela igreja ou instituição, ordem ou congregação; e seus ministros, pastores, presbíteros, bispos, freiras, padres, evangelistas, diáconos, anciãos ou sacerdotes.

Segundo o relator do projeto, dep. Sanderson (PSL-RS), o vínculo empregatício entre o ministro religioso e sua congregação é inexistente, pois essa relação teria “ordem espiritual e moral”. Após a aprovação na Comissão, Sanderson parabenizou o autor do PL, dep. Vinícius Carvalho (REPUBLIC-SP), e comentou que a proposta trará ganho para a sociedade brasileira.

O PL foi encaminhado para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e aguarda parecer do relator.

### **14/12/2021 - CTASP encerra ano com aprovação expressiva de proposições**



Dep. Afonso Motta (PDT-RS). Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados

No dia 14 de dezembro, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), realizou sua última reunião deliberativa do ano. Sob a liderança do presidente Afonso Motta (PDT-RS), a sessão reuniu membros e não-membros da CTASP e resultou na apreciação de diversas matérias legislativas de interesse público.

Entre os projetos aprovados está o **Projeto de Lei nº 998/2020**, o qual cria cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro do Ministério Público do Trabalho (MPT). O relator Daniel Almeida (PCdoB-BA) justificou a aprovação do projeto: “O que se verificou nestes últimos anos foi que houve uma expansão muito grande de varas e de segunda instância do Poder Judiciário sem uma correspondente ampliação para os espaços do Ministério Público”, disse.

De autoria do deputado Rogério Correia (PT-MG), o **Projeto de Lei nº 3.364/2019** foi debatido e aprovado durante a reunião. O PL regulamenta a profissão de terapeuta ocupacional, compreendendo a importância da área para a saúde e para as relações sociais. “Esta proposição foi discutida com vários atores, com vários segmentos e, particularmente, com aqueles que exercem a função de terapeuta ocupacional em nosso país”, comentou a relatora Erika Kokay (PT-DF).

O **Projeto de Lei nº 8.974/2017**, que dispõe sobre a compensação financeira entre os regimes próprios de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do DF e dos municípios, também foi aprovado pela CTASP. O relator Daniel Almeida (PCdoB-BA) esclareceu que o PL busca “viabilizar o recebimento dos recursos oriundos da compensação financeira com mais rapidez”, atendendo o interesse público.

Já o **Projeto de Lei nº 4.783/2020**, relatado pelo deputado Guiga Peixoto (PSL-SP), institui, em todo o território nacional, o Código de Defesa do Empreendedor. A iniciativa visa reduzir a interferência do Estado na economia, desburocratizar o cotidiano do empreendedor e garantir a segurança jurídica.

A CTASP finalizou o ano de 2021 com 149 proposições aprovadas em 32 sessões deliberativas, além da realização de 26 audiências públicas e 5 reuniões de comparecimento de ministros.



# AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM 2021

28/04/2021 - Audiência Pública Conjunta - Tema: Mudanças na organização e manutenção dos Serviços Postais

- Requerimento nº 17/2021-CDEICS, Deputados Alexis Fonteyne (NOVO/SP), Helder Salomão (PT/ES), José Ricardo (PT/AM), Zé Neto (PT/BA);
- Requerimento nº 7/2021-CTASP, Deputados Marcon (PT/RS), Erika Kokay (PT/DF), Leonardo Monteiro (PT/MG), Pompeu de Mattos (PDT/RS), Patrus Ananias (PT/MG), Daniel Almeida (PCdoB/ BA), André Figueiredo (PDT/CE), Rogério Corrêa (PT/MG);
- Requerimento nº 23/2021-CTASP, Deputado Alexis Fonteyne (Novo/SP).

21/05/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater as condições de trabalho da Enfermagem frente à pandemia e a importância da aprovação do PL nº 2.295/2000

- Requerimento nº 32/2021, do Deputado Mauro Nazif.

24/05/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir a Medida Provisória 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, e os seus impactos

- Requerimento nº 01/2021, da Deputada Erika Kokay

27/05/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater as dificuldades que os trabalhadores têm enfrentado em virtude dos efeitos da pandemia de covid-19 sobre suas rotinas laborais

- Requerimento nº 15/2021, do Deputado Paulo Ramos.

25/06/2021 - Audiência Pública - Tema: Prestação de informações sobre os impactos do plano de desinvestimento de ativos da Petrobras, especialmente da venda da Refinaria Landulpho Alves para os trabalhadores e para as políticas de refino no país

- Requerimento nº 35/2021, dos Deputados Rogério Correia e outros.

05/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater a importância da valorização da Enfermagem para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS

- Requerimento nº 84/2021, do Deputado Mauro Nazif

06/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir a recomposição do quadro de pessoal da Caixa Econômica Federal e o fortalecimento da instituição como banco genuinamente público

- Requerimentos nºs 12/2021, 17/2021 e 18/2021, da Deputada Erika Kokay.

09/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir os impactos do Projeto de Lei nº 5761, de 2019, nas atividades desempenhadas pelos representantes comerciais autônomos

- Requerimentos nºs 44/2021 e 47/2021, dos Deputados Alexis Fonteyne e Erika Kokay.

13/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir a privatização dos aeroportos federais e a situação dos empregados lotados na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária- Infraero

- Requerimentos nºs 49/2021 e 82/2021, do Deputado Paulo Ramos.

16/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional 2021 - Vida, Emprego, Democracia

- Requerimento nº 62/2021, do Deputado Rogério Correia e outros.

20/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater pesquisas e indicadores sobre emprego e renda no Brasil e a privatização da DATRAPEV e SERPRO

- Requerimentos nºs 16/2021 e 48/2021, dos Deputados Erika Kokay e Carlos Veras.

23/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater os empréstimos consignados contratados sem autorização em nome de aposentados e pensionistas assim como vazamento de dados de aposentados do INSS

- Requerimento nº 69/21, do Deputado Heitor Schuch.

27/08/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater o Projeto de Lei nº 4.888/2019 que dispõe sobre a Governança da Ordenação Pública Econômica

- Requerimento nº 81/2021, do Deputado Rogério Correia.

03/09/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir o Projeto de Lei 813/2021 apresentado pelo Procurador Geral da República que dispõe sobre a transformação de cargos de Técnico do Ministério Público da União, em cargos de Procurador de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sem aumento de despesas

- Requerimento Nº 92/2021, da Deputada Erika Kokay.

17/09/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir os Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional propondo mudanças no Fundo de Garantia, em geral, novos códigos de saques

- Requerimento Nº 74/21, do Deputado Paulo Ramos.

01/10/2021 - Audiência Pública - Tema: Auscultar/Ouvir a sociedade de física e demais segmentos sociais, sobre a pretensão desta Casa em instituir o Dia do Físico, através de Proposição de nossa iniciativa, conforme determina a Lei 12.345 de 2010

- Requerimento Nº 94/2021, do Deputado Daniel Almeida.

08/10/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir as violações de direitos individuais e coletivos do trabalho dos metalúrgicos da planta da Gerdau em Charqueadas - RS

- Requerimento Nº 108/2021, da Deputada Fernanda Melchionna.

15/10/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir os procedimentos técnicos que foram observados pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal para a concessão de autorização para realização de intervenção em bem edificado tombado, no tocante à implantação do corredor de transporte BRT Eixo Oeste na Estrada-Parque Indústrias Gráficas - EPIG destinada à construção de viaduto de intersecção da rodovia DF-011 com a via de acesso ao Parque da Cidade Sarah Kubitschek e o Setor Sudoeste, Distrito Federal; e os impactos urbanísticos, ambientais, sociais e econômicos do referido empreendimento

- Requerimento Nº 106/21, da Deputada Erika Kokay.

22/10/2021 - Audiência Pública - Tema: Debate o Projeto de Lei nº. 3.624, de 2020, que altera a Lei Federal 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências

- Requerimento Nº 22/2021, da Deputada Erika Kokay.

05/11/2021 - Audiência Pública - Tema: Discutir o papel do BNDES, autor do projeto de privatização da CEDAE-RJ

- Requerimento Nº nº 113/21, do Deputado Paulo Ramos.

11/11/2021 - Audiência Pública - Tema: Debater o Projeto de Lei nº 2.421/2021 - que "regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos celebrados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios

- Requerimento Nº nº 114/21, do Deputado Kim Kataguiri.

16/11/2021 - Audiência Pública Conjunta - Tema: Debater a regularização profissional dos trabalhadores que exercem atividades de transporte de passageiros e entrega de mercadorias, com uso das plataformas digitais

- Requerimento nº 123/2021-CTASP, do Deputado Afonso Motta e nº 62/2021-CDEICS, do Deputado Augusto Coutinho.

18/11/2021 - Audiência Pública Conjunta - Tema: Discutir o processo de desestatização da Eletrobras e suas possíveis irregularidades

- Requerimento nº 135/21, da Deputada Erika Kokay.

25/11/2021 - Audiência Pública Conjunta - Tema: Debater o encerramento ou suspensão das atividades em fábricas do setor automobilístico no Brasil

- Requerimento nº 53/21, do Deputado Vicentinho.

16/12/2021 - Audiência Pública Conjunta - Tema: Debater a desativação do Aeroporto Carlos Prates e a futura destinação da área

- Requerimento nº 97, do Deputado Rogério Correia.



# COMPARECIMENTO DE MINISTROS E SEMINÁRIOS

04/05/2021 - Reunião de Comparecimento de Ministro Conjunta - Tema: Reunião com o Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes

- Requerimentos nºs 2/2021, 4/2021 e 11/2021

08/06/2021 - Reunião Conjunta de Comparecimento de Ministro – Tema: Reunião com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho

- Requerimentos nºs 2/2021-CDU, do Deputado José Priante; nº 3/2021-CTASP, do Deputado Rogério Correia e nº 45/2021-CTASP, transformado em convite, do Deputado José Correia.

17/08/2021 - Reunião Conjunta de Comparecimento de Ministro - Tema: Reunião com o Ministro de Estado da Defesa, Braga Netto

- Requerimentos nº 165/2021-CFFC, do Deputado Elias Vaz; nº 86/2021-CTASP, do Deputado Rogério Correia; nº 54/2021-CREDN, do Deputado Paulão, subscrito pelos deputados Arlindo Chinaglia, Henrique Fontana, David Miranda, Odair Cunha.

14/09/2021 - Reunião de Comparecimento de Ministro - Tema: Comparecimento do Senhor Onix Lorenzoni - Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, para a Apresentação dos Planos e Metas da pasta para o ano de 2021

23/11/2021 - Reunião de Conjunta de Comparecimento de Ministro - Tema: Convocação com Comparecimento presencial do Ministro da Economia, Paulo Guedes

- Requerimentos: nº 115/21 - do Deputado Kim Kataguiri – CTASP; nº 116/21 - do Deputado Paulo Ramos – CTASP; nº 242/2021 – do Deputado Kim Kataguiri – CFFC; nº 243/2021 – do Deputado Leo de Brito – CFFC; nº 245/2021 – do Deputado Elias Vaz – CFFC

25/10/2021 - Seminário - Tema: 1º Seminário Trabalhista do Transporte Rodoviário de Cargas

- Requerimento nº 104/21, do Deputado Paulo V. Caleffi.

29/06/2021 - Seminário Conjunto - Tema: XVIII SEMINÁRIO LGBTQIA+ DO CONGRESSO NACIONAL - "Construção Democrática e Participação Social: os desafios para a cidadania LGBTQIA+ frente à pandemia

- Requerimento nº 51/2021, da dep. Fernanda Melchionna - PSOL/RS e dep. Erika Kokay - PT/DF

10/05/2021 e 11/05/2021 - Seminário - Tema: Reforma Administrativa - PEC 32

- Requerimentos nº 05/21 e 06/21;

## PROJETOS APRECIADOS DE 01/02/21 A 14/12/21

- PL 4035/2020** LÉO MORAES - Acrescenta inciso VII ao art. 1º da Lei n.º 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, para tornar gratuita a emissão de certidão negativa para pessoas desempregadas ou para fins de obtenção de emprego.  
**Aprovada** em 13/04/21.
- PL 2942/2011** FLÁVIA MORAIS - Cria o Programa Federal de Incentivo ao Trabalho Educativo - PROJOVEM para assegurar estágio remunerado.  
**Aprovada** em 27/04/21.
- PL 7291/2017** LUIZIANNE LINS - Altera o inciso II do art. 10 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para que a jornada de atividade em estágio não ultrapasse 6 (seis) horas diárias, 30 (trinta) horas semanais e 80% da jornada de trabalho da categoria profissional respectiva, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.  
**Aprovada** em 27/04/21.
- PL 10917/2018** VINICIUS CARVALHO - Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre exceções para a duração de estágio.  
**Aprovada** em 27/04/21.
- PL 5477/2019** MAURÍCIO DZIEDRICKI - Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 11.788, de 2008, dispondo sobre abono de faltas, por motivo de saúde, de estagiário.  
**Aprovada** em 27/04/21.
- PL 3589/2020** ULDURICO JUNIOR - Altera dispositivo à Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 que "Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida

Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".

**Aprovada** em 27/04/21.

**SBE-A 1 CE => PL 2942/2011** COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, a fim de assegurar acesso a aprendizagem e a estágio educativo na Administração Pública Federal aos adolescentes de baixa renda familiar e em situação de vulnerabilidade social.

**Aprovada** em 27/04/21.

**PL 3390/2020** GONZAGA PATRIOTA - Acrescenta o inciso XI ao art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para punir o agente público que violar norma de autoridade pública de saúde no período de estado de calamidade pública decorrente de pandemia

**Aprovada** em 04/05/21.

**PL 4813/2012** RICARDO IZAR - Altera o § 3º do art. 428, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 11, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre a possibilidade de renovação dos contratos de aprendizagem e estágio.

**Aprovada** em 18/05/21.

**PL 2144/2015** JHC - Acrescenta dispositivos à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

**Aprovada** em 25/05/21.

**PL 8503/2017** EDMILSON RODRIGUES - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para tornar expresso o direito de obter informações relativas à aquisição e funcionamento de softwares, hardwares e códigos mediadores de funções públicas e tornar obrigatória a disponibilização dos códigos-fonte dos algoritmos utilizados para a distribuição de processos nos órgãos do Poder Judiciário.

**Aprovada** em 25/05/21.

- PL 9335/2017** LINCOLN PORTELA - Altera a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos, para estabelecer o dever de as concessionárias e permissionárias disponibilizarem às pessoas com deficiência informações em formato acessível.  
**Aprovada** em 25/05/21.
- PL 7804/2014** PEDRO PAULO - Institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.  
**Aprovada** em 01/06/21.
- PL 8448/2017** SENADO FEDERAL - JORGE VIANA - Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conferir publicidade a documentos referentes à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, e instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e a outros dados relativos à segurança hídrica.  
**Aprovada** em 01/06/21.
- PL 11118/2018** JAIME MARTINS - Institui a Política Nacional de Dados Abertos e dá outras providências.  
**Aprovada** em 01/06/21.
- PL 68/2019** RODRIGO AGOSTINHO - Institui a Política Nacional de Dados Abertos e dá outras providências.  
**Aprovada** em 01/06/21.
- PL 624/2019** LUIZ NISHIMORI - Institui a Política Nacional de Dados Abertos e dá outras providências.  
**Aprovada** em 01/06/21.
- PL 4796/2019** PROFESSOR ISRAEL BATISTA - Institui a Política Nacional de Dados Abertos e dá outras providências.  
**Aprovada** em 01/06/21.



**PL 3794/2020** JHC - Acrescenta o §14 à lei 13.982/2020 que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020." Para possibilitar aos municípios, estados e distrito federal acesso à logística criada pela União para consecução dos objetos da lei.

**Aprovada** em 01/06/21.

**SBT-A 1 CCTCI** COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E => **PL 7804/2014** INFORMÁTICA - Institui a Lei de Dados Abertos e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados em formato aberto e de interfaces de programação de aplicações de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

**Aprovada** em 01/06/21.

**PL 756/2019** BACELAR - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para disciplinar condições para o exercício da atividade de Guarda-Vidas.

**Aprovada** em 15/06/21.

**PL 762/2019** BACELAR - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para estabelecer a obrigatoriedade de divulgação de avaliação do cumprimento das metas do plano de governo, previsto no art. 84, XI da Constituição Federal.

**Aprovada** em 15/06/21.

**PL 1676/2020** PROFESSOR ISRAEL BATISTA - Acrescenta-se o parágrafo único, §3º e §4º ao art. 12º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar aos servidores de órgãos e entidades da administração pública federal, a suspensão do prazo de validade dos concursos públicos, enquanto perdurar período de emergência ou calamidade pública.

**Aprovada** em 15/06/21.

- PL 3439/2020** REJANE DIAS - Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para suspender o prazo de validade do concurso público enquanto durar a pandemia do Coronavírus
- Aprovada** em 15/06/21.
- PDL 615/2019** MÁRIO HERINGER - Susta os efeitos da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, do Ministério da Economia, que "Dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".
- Aprovada** em 22/06/21.
- PL 5531/2020** ADRIANA VENTURA - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para permitir o pedido de informação anônimo.
- Aprovada** em 22/06/21.
- PL 2097/2011** LUIS TIBÉ - Obriga o fornecimento de cadernos de provas impressos no sistema braile a candidatos portadores de deficiência visual inscritos em concursos públicos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública federal.
- Aprovada** em 29/06/21.
- PL 2542/2011** ERIKA KOKAY - Dispõe sobre a aplicação de provas, elaboradas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nos concursos públicos e exames vestibulares.
- Aprovada** em 29/06/21.
- PL 3907/2015** AFONSO HAMM - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para assegurar aos surdos acesso à educação e ao trabalho em igualdade de oportunidades.
- Aprovada** em 29/06/21.
- PL 10507/2018** DANILO CABRAL - Estabelece medidas para garantir o acesso, em igualdade aos demais candidatos, a concursos públicos no âmbito da

administração pública federal de pessoa surda ou com deficiência auditiva.

**Aprovada** em 29/06/21.

**PL 696/2019** CHARLES FERNANDES - Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição para concursos públicos e dá outras providências

**Aprovada** em 29/06/21.

**PL 2953/2019** FREI ANASTACIO RIBEIRO - Isenta o cidadão desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso público federal.

**Aprovada** em 29/06/21.

**PL 5080/2019** DRA. SORAYA MANATO - Isenta do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos o candidato desempregado ou que tenha renda mensal de até dois salários mínimos.

**Aprovada** em 29/06/21.

**PL 709/2021** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - Transforma cargos de Juiz de Direito em Juiz de Direito de Turma Recursal no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e altera a redação do caput do Art. 2º da Lei 13.049, de 2 de dezembro de 2014.

**Aprovada** em 29/06/21.

**PL 7396/2010** LUIZ CARLOS HAULY - Fixa restrições para o exercício de cargos e direção em pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e dá outras providências.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 7633/2010** GERALDO PUDIM - Proíbe aos que forem condenados por determinados crimes de exercer cargo de livre nomeação na Administração Pública.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 7689/2010** CARLOS SAMPAIO - Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir a inelegibilidade como causa impeditiva de investidura de servidor público e como causa de demissão do serviço público.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 7705/2010** PAULO BORNHAUSEN - Disciplina e fixa limitações para nomeação e exercício de cargos em comissão e direção no âmbito dos órgãos do

Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas e dá outras providências.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 434/2011** WALTER TOSTA - Dispõe sobre vedações para investidura em cargo público.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 562/2011** LINDOMAR GARÇON - Proíbe a quem tenha os direitos políticos cassados de exercer cargo de confiança na Administração ou de direção ou representatividade partidária.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 1163/2011** ERIKA KOKAY - Dispõe sobre condições impeditivas à nomeação para cargos e funções de direção, cargos em comissão e funções comissionadas na Administração Pública Federal.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 1571/2011** MARCIO BITTAR - Disciplina as condições para a nomeação para cargos em comissão e funções de direção na Administração Pública Federal.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 1991/2011** RICARDO IZAR - Dispõe sobre as proibições de nomeação em cargos de direção, assessoria e em funções de confiança em todo o quadro dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, assim como nas Autarquias e Estatais.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 3586/2012** CELSO MALDANER - Veda a nomeação para cargos de confiança na administração pública direta e indireta nas situações que menciona.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 862/2015** PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre a vedação para a ocupação de cargo em comissão e função de confiança na administração pública direta e indireta de todos os Poderes da União e para a ocupação como membro de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal das empresas estatais.

**Aprovada** em 06/07/21.

- PL 167/2019** JOSÉ NELTO - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que o usuário tem direito a obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da situação do ocupante anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 1190/2019** MÁRCIO MARINHO - Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, acrescentando o art. 43-A, para inabilitar a pessoa condenada por crime praticado com violência contra a mulher para o exercício funções de confiança e cargos em comissão na administração pública.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 1311/2019** DANIEL SILVEIRA - Acrescenta o Art. 9º- A e Parágrafo Único a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990 que Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 1383/2019** JÚNIOR BOZZELLA - Dispõe sobre a proibição de nomeação de homens em cargos comissionados da Administração Pública Federal direta e indireta e dá outras providências.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 1659/2019** PROFESSORA ROSA NEIDE - Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e dá outras providências  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 1841/2019** JÚNIOR MANO - Altera o Código Penal para incluirmos casos envolvendo condenação nas situações previstas na Lei Maria da Penha a vedação de nomeação em cargos em comissão.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2147/2019** BOCA ABERTA - Fica proibida a nomeação para os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, em qualquer esfera pública federal, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.  
**Aprovada** em 06/07/21.

- PL 2282/2019** OTONI DE PAULA - Inclui nos efeitos da condenação penal, nos casos envolvendo violência doméstica ou familiar contra mulher, idoso independentemente do gênero e menor de dezoito anos, a vedação de nomeação em cargos comissionados na esfera federal, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2335/2019** EDNA HENRIQUE - Veda a nomeação de condenados pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher para cargo de livre nomeação e exoneração.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2541/2019** CARLOS SAMPAIO - Veda que pessoas que tenham sido condenadas pela prática de crimes de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher, de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes e dos crimes previstos no Estatuto do Idoso sejam nomeadas para cargos em comissão na administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2586/2019** JOÃO H. CAMPOS - Altera o Código Penal para incluir nos efeitos da condenação, nos casos envolvendo violência doméstica ou familiar contra a mulher, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo e a vedação de nomeação em cargos em comissão.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2652/2019** FRANCO CARTAFINA - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que o usuário tem direito a obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da situação do ocupante anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2661/2019** CÉLIO STUDART - Proíbe a nomeação, na esfera da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, em cargos de livre nomeação e exoneração, daqueles que forem condenados em trânsito julgado por delitos previstos na Lei Maria da Penha  
**Aprovada** em 06/07/21.



- PL 3106/2019** POMPEO DE MATTOS - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação de condenados por crime de violência contra a mulher.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 3417/2019** FÁBIO HENRIQUE - Torna efeito da condenação pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher a vedação de nomeação para cargo de livre nomeação e exoneração.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 3431/2019** CARLOS GOMES - Altera o art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para proibir a nomeação para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas pelos crimes previstos na Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 3548/2019** JOSÉ GUIMARÃES - Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 4043/2019** ALEXIS FONTEYNE - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras providências.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 4109/2019** GILSON MARQUES - Revoga a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que torna obrigatória a manutenção e exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 5358/2019** RODRIGO COELHO - Altera a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, para prever a possibilidade de disponibilização do Código de Defesa do Consumidor em meio eletrônico ou digital.  
**Aprovada** em 06/07/21.

- PL 5851/2019** PASTOR EURICO - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para vedar a nomeação de condenados por crime de violência contra o idoso.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 5941/2019** PEDRO AUGUSTO BEZERRA - Veda a nomeação de condenados pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher para cargo de livre nomeação e exoneração.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 267/2020** REJANE DIAS - Estabelece restrições para o exercício de cargos que menciona e dá outras providências.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 299/2020** GEOVANIA DE SÁ - Veda a nomeação de condenados pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher para cargo de livre nomeação e exoneração e estabelece a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo nessa hipótese.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 2990/2020** ALEXANDRE FROTA - "Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências".  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 3347/2020** RUBENS OTONI - Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.340 de 07 e agosto de 2006 para vedar a assunção de emprego, cargo ou função pública por agressor condenado por violência doméstica.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 5214/2020** CÉLIO STUDART - Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, para impedir que condenados por violência contra a mulher assumam cargos e empregos públicos nas empresas públicas e administração direta e indireta.  
**Aprovada** em 06/07/21.
- PL 320/2021** ROSANGELA GOMES - Dispõe sobre a proibição de exercício de cargo, emprego ou função pública de livre provimento por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra criança, adolescente, idoso e mulher.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 771/2021** PROFESSORA ROSA NEIDE - Inclui alínea c no inciso I do art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar a perda de cargo, emprego ou função pública como resultado da condenação no delito que especifica.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 1523/2021** DAGOBERTO NOGUEIRA - Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha e o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para vedar a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, para os cargos ou empregos públicos de qualquer natureza, de pessoas que tiverem sido condenadas, com trânsito em julgado, pelos crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Aprovada** em 06/07/21.

**PL 2991/2019** SENADO FEDERAL - EDUARDO GOMES - Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para garantir a ex-prefeitos e ex-governadores acesso aos registros, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), de convênios celebrados durante a sua gestão.

**Aprovada** em 13/07/21.

**PL 2231/2019** LUCAS REDECKER - Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de locais públicos de dispositivos inservíveis por parte das concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de telecomunicações e de distribuição de energia elétrica.

**Aprovada** em 03/08/21.

**PL 4101/2019** EDNA HENRIQUE - Obriga as concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de telecomunicações e de distribuição de energia elétrica a removerem fios e cabos em desuso dos postes de sustentação.

**Aprovada** em 03/08/21.

**PL 8303/2017** ANDRÉ FIGUEIREDO - Suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**Aprovada** em 10/08/21.

- PL 2755/2019** TIAGO DIMAS - Dispõe sobre o trabalho autônomo e altera o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).  
**Aprovada** em 10/08/21.
- PL 6062/2019** ZÉ SILVA - Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispor sobre o compartilhamento de viagens em veículos do serviço de táxi.  
**Aprovada** em 17/08/21.
- PL 199/2020** MARX BELTRÃO - Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para dispor sobre a realização de viagens intermunicipais e sobre o compartilhamento de viagens em veículos do serviço de táxi.  
**Aprovada** em 17/08/21.
- PL 564/2020** COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para estabelecer parâmetros de transparência, de habilitação de prestadores e de remuneração por serviços realizados no Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar crime de responsabilidade a falta de repasse de recursos recebidos para o pagamento de serviços de saúde; e dá outras providências.  
**Aprovada** em 17/08/21.
- PL 925/2020** ASSIS CARVALHO - Determina que os recursos públicos aplicados em Publicidade de Utilidade Pública sejam aplicados no combate à pandemia do coronavírus.  
**Aprovada** em 17/08/21.
- PL 6244/2019** ANDRÉ FIGUEIREDO - Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar que parte dos recursos dos fundos especiais sejam divididos de acordo com o resultado dos estados, do Distrito Federal e dos municípios no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e na Escala Brasil Transparente.  
**Aprovada** em 24/08/21.
- PL 2543/2020** JOSÉ MEDEIROS - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, para vedar a classificação dos valores e da destinação dada aos recursos públicos usados no enfrentamento de pandemia como informação sigilosa.

**Aprovada** em 24/08/21.

**PL 6496/2016** DAMIÃO FELICIANO - Institui o Selo Empresa Incentivadora da Educação do Trabalhador e dá outras providências.

**Aprovada** em 31/08/21.

**PL 5103/2020** GUIGA PEIXOTO - Altera a da Lei nº 8.429, 2 de junho de 1992, para tipificar como ato de improbidade administrativa o recebimento de vantagem indevida em atuação legislativa ou normativa.

**Aprovada** em 31/08/21.

**SBT-A 1 CDEICS** COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, => **PL 6496/2016** COMÉRCIO E SERVIÇOS - Institui o Selo Empresa Incentivadora da Educação do Trabalhador e dá outras providências.

**Aprovada** em 31/08/21.

**PL 10467/2018** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - Sugere projeto de lei para dispor que o trabalhador maior de 60 (sessenta) anos de idade e analfabeto deverá ser assistido por sindicato ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no momento da rescisão contratual.

**Aprovada** em 21/09/21.

**PL 3871/2020** JÚLIO DELGADO - Institui a lei de punição e responsabilização penal à carteirada de agente público, dentre outros.

**Aprovada** em 21/09/21.

**PL 1751/2015** EDUARDO CURY - Cria obrigação aos Conselhos Fiscal e de Administração das empresas públicas ou sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias, controladas e coligadas, da Administração Pública Federal.

**Aprovada** em 28/09/21.

**PL 459/2020** PATRICIA FERRAZ - Dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas nos terminais audiovisuais informativos em locais de atendimento aos usuários de serviços públicos.

**Aprovada** em 28/09/21.

**PL 3464/2020** CARLOS ZARATTINI - Dispõe sobre os requisitos a serem observados para a indicação, pelo Governo brasileiro, de cidadãos brasileiros, natos ou naturalizados, para a ocupação de cargos de direção em organismos multilaterais de que o Brasil faça parte.

**Aprovada** em 28/09/21.

**PL 3841/2020** LUIZA ERUNDINA - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a responsabilidade dos agentes públicos no enfrentamento da pandemia da covid-19 (coronavírus).

**Aprovada** em 28/09/21.

**PL 1745/2019** LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA - Altera a Lei nº 12.527, de 18 novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, para ampliar as hipóteses de acesso a dados públicos pelos administrados.

**Aprovada** em 05/10/21.

**PL 3065/2019** ANDRÉ FERREIRA - Isenta as entidades beneficentes de assistência social que especifica dos custos de publicações nos órgãos federais de imprensa oficial.

**Aprovada** em 19/10/21.

**PL 2570/2020** MIGUEL LOMBARDI - Altera a redação da Lei nº. 12.846, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, com o fim de ampliar punições a empresas envolvidas em desvios de recursos destinados ao enfrentamento da epidemia de COVID-19.

**Aprovada** em 19/10/21.

**PL 626/2021** LUCAS GONZALEZ - Altera-se Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de pessoas com deficiência.

**Aprovada** em 19/10/21.

**PLP 547/2018** ZÉ SILVA - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer a obediência ao fluxo orçamentário-financeiro na execução de obras e serviços de engenharia (Fluxo Orçamentário-Financeiro das Obras).

**Aprovada** em 19/10/21.

**PL 6537/2019** PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - Dispõe sobre a criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região e dá outras providências.

**Aprovada** em 26/10/21.



- PDC 938/2018** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017.  
**Aprovada** em 09/11/21.
- PL 3186/2019** ALENCAR SANTANA BRAGA - Altera a Lei nº 7.418/1985 - Lei do Vale-Transporte - para assegurar a isonomia aos usuários do benefício instituído por esta lei.  
**Aprovada** em 09/11/21.
- PL 10755/2018** OTAVIO LEITE - Estabelece condição para início de obra pública.  
**Aprovada** em 16/11/21.
- PL 2762/2019** FLAVIO NOGUEIRA - Acrescenta artigo à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 para considerar como experiência profissional o estágio curricular realizado pelo estudante.  
**Aprovada** em 16/11/21.
- SBT-A 1 CE => PL 2762/2019** COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para considerar como experiência profissional o estágio realizado pelo estudante.  
**Aprovada** em 16/11/21.
- PL 5662/2013** CARLOS BEZERRA - Revoga a alínea "I" do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de que a prática de jogos de azar não constitua mais motivo para demissão por justa causa.  
**Aprovada** em 23/11/21.
- PL 9163/2017** PODER EXECUTIVO - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.  
**Aprovada** em 23/11/21.
- PL 3083/2019** MARCOS PEREIRA - Altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa.

**Aprovada** em 23/11/21.

**PL 1416/2020** MARÍLIA ARRAES - Tipifica como crime de responsabilidade a disseminação ou compartilhamento por ocupante de cargo, função ou emprego público de informação falsa, sem fundamento ou difamatória.

**Aprovada** em 23/11/21.

**PL 4171/2020** GENERAL PETERNELLI - Dispõe sobre o registro de dados referente à execução orçamentária e à movimentação financeira de recursos repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, do Governo Federal.

**Aprovada** em 23/11/21.

**PL 4329/2020** JOÃO DANIEL - Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos na divulgação de material com conteúdo discriminatório e difamatório em plataformas digitais oficiais.

**Aprovada** em 23/11/21.

**PL 435/2021** REINHOLD STEPHANES JUNIOR - Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica.

**Aprovada** em 23/11/21.

**PL 10816/2018** NELSON PELLEGRINO - Dá nova redação às alíneas "b" e "d" do art. 4º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, e revoga o art. 702 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor que a edição de enunciados de jurisprudência será disciplinada pelo Regimento Interno do tribunal.

**Aprovada** em 30/11/21.

**PL 953/2019** JOSE MARIO SCHREINER - Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelecendo casos e condições em que a omissão de resposta a manifestações de particulares por parte da Administração Pública constitui direitos subjetivos em favor dos interessados, e dá outras providências.

**Aprovada** em 30/11/21.

- PL 2922/2019** VALTENIR PEREIRA - Altera e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o estabelecimento de súmulas de jurisprudência uniforme pelo Tribunal Superior do Trabalho.  
**Aprovada** em 30/11/21.
- PL 3445/2019** TIAGO MITRAUD - Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.  
**Aprovada** em 30/11/21.
- PL 4794/2019** PROFESSOR ISRAEL BATISTA - Altera a Lei 9. 784 (Lei de Processo Administrativo), para estabelecer como motivação de decisão a avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais.  
**Aprovada** em 30/11/21.
- PL 5873/2019** KIM KATAGUIRI - Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).  
**Aprovada** em 30/11/21.
- PL 6526/2019** TÚLIO GADÊLHA - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a responsabilidade do empregador pelo pagamento de salários após a cessação ou o indeferimento do benefício previdenciário a seu empregado e estabelecer a competência da Justiça do Trabalho para as ações que objetivem o esclarecimento da questão relativa à aptidão ou à inaptidão para o trabalho e a condenação ao pagamento do salário ou do benefício previdenciário, na hipótese de divergência entre a conclusão da perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o exame médico realizado por conta do empregador.  
**Aprovada** em 30/11/21.
- PL 3817/2020** EDUARDO BISMARCK - Institui o piso salarial profissional nacional do secretário escolar.  
**Aprovada** em 30/11/21.
- PL 1949/2021** CELSO MALDANER - Altera o inciso II do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para não caracterização de tanque suplementar nas atividades perigosas.  
**Aprovada** em 30/11/21.

**SBT 1 CE => PL 3817/2020** IDILVAN ALENCAR - Institui o piso salarial profissional nacional do secretário escolar.

**Aprovada** em 30/11/21.

**SBT-A 1 CE => PL 3817/2020** COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - Institui o piso salarial profissional nacional do secretário escolar.

**Aprovada** em 30/11/21.

**PL 1432/2019** LUCIANO DUCCI - Determina a instalação de assentos para consumidores em espera de atendimento preferencial de idosos, gestantes e deficientes físicos pelos estabelecimentos que prestam serviços de concessão pública e outros que relaciona, e dá outras providências.

**Aprovada** em 07/12/21.

**PL 3824/2019** RUBENS OTONI - Acrescenta dispositivos ao art. 21 da Lei 8.666 de 21 de novembro de 1993 para autorizar os Municípios que publiquem os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, em seu Diário Oficial.

**Aprovada** em 07/12/21.

**PL 4888/2019** EDUARDO CURY - Dispõe sobre a Governança da Ordenação Pública Econômica.

**Aprovada** em 07/12/21.

**PL 5494/2019** HUGO LEAL - Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a fim de retirar o caráter sigiloso de processo administrativo destinado a apuração de infrações e penalidades de competência da ANTT e da ANTAQ decorrentes do descumprimento dos deveres estabelecidos nos contratos de concessão, de permissão e de autorização.

**Aprovada** em 07/12/21.

**PL 4924/2020** PAULO BENGTONSON - Dispõe sobre a realização pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de exames médicos exigidos em concurso público para os candidatos que comprovem sua condição de hipossuficiência no momento da inscrição no certame.

**Aprovada** em 07/12/21.

**PDL 389/2019** MARIA DO ROSÁRIO - Susta os efeitos do Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019 que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos

Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão

**Aprovada** em 14/12/21.

**PDL 390/2019** HELDER SALOMÃO - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PDL 392/2019** IVAN VALENTE - Susta os efeitos do Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PDL 393/2019** TABATA AMARAL - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.831/19, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e remaneja cargos em comissão.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PDL 396/2019** JANDIRA FEGHALI - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, o Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019 que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PDL 402/2019** JOENIA WAPICHANA - Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.831/19, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e remaneja cargos em comissão.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 8974/2017** EFRAIM FILHO - Dispõe sobre a compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 844/2019** JOSÉ MEDEIROS - Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 1096/2019** VINICIUS CARVALHO - Acrescenta parágrafo segundo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº



5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a não existência de vínculo de emprego entre Confissão Religiosa, seja ela Igreja ou Instituição, Ordem ou Congregação, e seus Ministros, Pastores, Presbíteros, Bispos, Freiras, Padres, Evangelistas, Diáconos, Anciãos ou Sacerdotes.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 1387/2019** OTTO ALENCAR FILHO - Acrescenta dispositivos a Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999 que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 3364/2019** ROGÉRIO CORREIA - Regulamenta a Terapia Ocupacional e dá outras providências.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 3750/2019** ALEXIS FONTEYNE - Autoriza a União a alienar.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 5893/2019** KIM KATAGUIRI - Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais funcionais da União administrados pela Câmara do Deputados e pelo Senado Federal, destinados à moradia dos Deputados Federais e dos Senadores e dá outras providências.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 6541/2019** CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera o art. 30 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para prever que os laudos e pareceres técnicos dos órgãos federais especializados serão observados na classificação fiscal de mercadorias.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 998/2020** MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Cria 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 3045/2020** POMPEO DE MATTOS - Modifica a Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, para permitir a venda dos imóveis residenciais de propriedade da

União situados no Distrito Federal ocupados por Ministros do Tribunal de Contas da União, pelo Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União e por membros do Poder Legislativo, ressalvados os destinados aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, devendo os valores arrecadados serem usados integralmente no enfrentamento aos efeitos da Pandemia por Covid-19.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 4783/2020** VINICIUS POIT - Institui, em todo o território nacional, o Código de Defesa do Empreendedor.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 5132/2020** LÉO MORAES - Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da região da Zona da Mata de Rondônia, no município de Rolim de Moura.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 1821/2021** ALEXANDRE PADILHA - Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de sanitaria e dá outras providências.

**Aprovada** em 14/12/21.

**PL 3040/2021** DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - Dispõe sobre os subsídios dos Defensores Públicos Federais e dá outras providências

**Aprovada** em 14/12/21.

**PLP 159/2015** MOSES RODRIGUES - Dispõe sobre a emissão e o uso dos cartões de pagamentos para quitação de despesas com suprimento de fundos.

**Aprovada** em 14/12/21.

**SBT-A 1 CSSF => PL 1821/2021** COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de sanitaria e dá outras providências.

**Aprovada** em 14/12/21.

# SECRETARIA EXECUTIVA

## Equipe técnica

Marcelo Augusto Coelho da Silva (Secretário-Executivo de Comissão)

Adiel Lopes dos Santos (Chefe do Serviço de Comissão)

Fredo Ebling Júnior (Chefe da Seção de Gestão de Proposição)

Honejohnny Pereira da Silva (Chefe da Seção de Gestão de Reunião)

Rui Alexandre Barbachan (Assistente de Comissão)

André Luis Rodrigues Correa Pinto (Analista Legislativo)

Tatiana Guedes Cunha (Assistente Técnico De Gabinete Adjunto)

## Produção, apuração e redação

Millena Sousa Santos Brasil Barbosa (Estagiária de Jornalismo)

## Imagens

Billy Boss/Câmara dos Deputados

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados

Reila Maria/Câmara dos Deputados

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Anexo II, Térreo, Ala C, sala 50

CEP 70.160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6800/6819

E-mail: ctasp.decom@camara.leg.br





Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados



REALIZAÇÃO

Comissão de  
Trabalho, de Administração  
e Serviço Público

